

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.296 - RJ (2019/0010441-2)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : INDUSTRIAL AGRICOLA FAZENDAS BARRA GRANDE S/A
ADVOGADO : NISOMAR LUSTOSA DOURADO E SILVA - RJ017749
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. TRIBUTÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA. ITR. JULGAMENTO *EXTRA PETITA*. NÃO CONFIGURAÇÃO. ALEGADO CERCEAMENTO DE DEFESA. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA PARTE, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região cuja ementa é a seguinte:

TRIBUTÁRIO. AÇÃO ORDINÁRIA. ITR. GRAU DE UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL. ALÍQUOTA. DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. PROVA EM CONTRÁRIO. ÔNUS DA APELANTE. APELAÇÃO DESPROVIDA.

1. Discute-se nos autos a necessidade de comprovação do grau de utilização do imóvel de propriedade da Apelante, para efeito de apuração da alíquota que deve ser aplicada no cálculo do imposto territorial rural - ITR.

2. É ônus da Apelante demonstrar a existência de erro em sua declaração. No entanto, isso não ocorreu no caso dos autos, tendo em vista que os elementos de prova apresentados pela Apelante foram insuficientes para demonstrar a situação específica da propriedade no momento em que foi feita a autuação e não ilidiram a presunção de certeza e liquidez da dívida ativa regularmente inscrita. Além disso, o laudo técnico acostado aos autos é datado de maio de 1987 e, portanto, retrata a realidade da propriedade rural de época muito anterior à data em que ocorreu a autuação.

3. A mera alegação de suposta discrepância do valor cobrado nos exercícios anteriores, em relação aos demais anos, não se sustenta, visto que a Declaração do ITR deve levar em consideração a situação da propriedade rural no exercício declarado, isso porque de um ano para o outro pode haver relevante alteração nas condições de aproveitamento do solo, decorrentes da vontade do(a) proprietário(a) do imóvel, de intempéries ou de quaisquer outras razões aqui não mencionadas. Não fosse assim seria desnecessária a obrigação de se informar anualmente as características da propriedade rural para fins de apuração do tributo.

4. Assim, diante da ausência de prova que demonstre o erro cometido pela

administração, não é possível afastar a presunção legal de liquidez e certeza do título executivo extrajudicial, nos termos do parágrafo único do art. 204, do CTN.

5. Apelação a que se nega provimento.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, interposto com base nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, a recorrente alega violação aos arts. 128, 460, 330, I, e 332 do CPC/1973, asseverando que: a) houve cerceamento de defesa, tendo em vista o indeferimento de produção da prova pericial requerida, que evidenciaria "a existência, na propriedade, no exercício de 2000, dos oitenta hectares de pastagens deduzidos" (fl. 650); b) não pleiteou fosse seu imóvel declarado produtivo para fins de tratamento fiscal diferenciado e, tendo o Tribunal de origem, de sua parte, assentado a ausência de prova da produtividade desse mesmo imóvel, incorreu em julgamento *extra petita* (fl. 651); e c) o exame pericial requerido poderia ter sido indireto ou retrospectivo (fl. 652).

Invoca, ainda, divergência jurisprudencial.

Em suas contrarrazões, a recorrida pugna pelo não conhecimento do recurso ou, alternativamente, pelo seu não provimento.

O recurso foi inadmitido pela decisão de fls. 684/688, cujos fundamentos foram impugnados por meio do presente agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, *in verbis*: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

Sem razão os argumentos expendidos quanto à alegada ocorrência de contrariedade aos arts. 128 e 160 do CPC/2015. Descabe cogitar-se de julgamento *extra petita*, porquanto as características da propriedade rural, num dado exercício, mostram-se relevantes para efeito de apuração do tributo devido. Ajuizada ação anulatória pela recorrente, tais dados devem ser considerados pelo juízo para verificação da procedência da autuação fiscal.

Com efeito, a aplicação do direito à espécie pelo Tribunal de origem deu-se de forma adstrita às circunstâncias dos autos, que se valeu de uma interpretação lógico-sistemática para concluir pela certeza e liquidez da dívida ativa regularmente inscrita.

Nesse sentido, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DECISÃO UNIPESSOAL DO RELATOR. CONFIRMAÇÃO PELO COLEGIADO. DECISÃO *EXTRA PETITA*. NÃO CARACTERIZAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MAJORAÇÃO.

1. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que eventual nulidade de decisão unipessoal é superada na confirmação da decisão monocrática pelo órgão colegiado.

2. Não implica julgamento *extra petita* a concessão de tutela jurisdicional que se encontra, ainda que implicitamente, abrangida no pedido formulado na petição recursal, extraída mediante sua interpretação lógico-sistemática.

3. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.

4. Agravo interno no recurso especial desprovido, com majoração de honorários.

(AgInt no AREsp 1059679/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 15/03/2018) (grifou-se)

Outrossim, no que tange à necessidade de produção de prova pericial pleiteada pela recorrente, o Tribunal de origem registrou o seguinte (fls. 601/603):

"No caso, embora a Apelante tenha requerido a produção de prova pericial, verifica-se que a análise técnica não seria elemento de prova relevante e hábil a comprovar o direito alegado no caso dos autos, em virtude do decurso de lapso temporal significativo entre a autuação e a data provável em que a perícia seria realizada.

Sob outro prisma, a prova emprestada trazida aos autos pela Apelante, que consistiu no laudo pericial realizado nos autos de ação ordinária ajuizada anteriormente, tampouco foi útil para caracterizar a forma de utilização da propriedade no ano de 2001, uma vez que a perícia foi realizada em maio de 1987 e, portanto, em data muito anterior à da referida autuação.

Verifica-se, portanto, que os elementos de prova apresentados pela Apelante foram insuficientes para demonstrar a situação específica da propriedade no momento em que foi feita a autuação e não ilidiram a presunção de certeza e liquidez da dívida ativa regularmente inscrita (Lei nº 6.830/80, art. 3º).

Assim, diante da ausência de prova que demonstrasse o erro cometido pela administração, não é possível afastar a presunção legal de liquidez e certeza do título executivo extrajudicial, nos termos do parágrafo único do art. 204, do CTN."

Por conseguinte, para se adotar qualquer conclusão em sentido contrário ao que ficou expressamente consignado no acórdão atacado – e se reconhecer que: 1) houve cerceamento de defesa; 2) a prova pretendida é relevante e pertinente à solução do caso concreto –, é necessário o reexame de matéria de fato, o que é inviável em sede de recurso especial, tendo em vista o disposto na Súmula 7/STJ.

A corroborar esse entendimento, destaca-se:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. MILITAR. CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVAS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. O acórdão recorrido, com amparo na análise dos fatos e das provas dos autos, entendeu prescindível a produção de prova pericial para o deslinde da causa.

2. Reavaliar a necessidade, ou não, das provas em apreço, a fim de verificar a existência de cerceamento de defesa, demanda exame do acervo fático-probatório dos autos, o que atrai para o recurso especial o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 248.540/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJe de

12.3.2013)

Por fim, a divergência jurisprudencial, com fundamento na alínea *c* do permissivo constitucional, sob tal enfoque, fica prejudicada em razão do óbice da Súmula 7/STJ, porquanto não é possível encontrar similitude fática entre o acórdão combatido e os arestos paradigmas, uma vez que as suas conclusões díspares ocorreram, não em razão de entendimentos diversos sobre uma mesma questão legal, mas, sim, em razão de fundamentações baseadas em fatos, provas e circunstâncias específicas de cada processo.

Ilustrativamente:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. USUCAPIÃO. 1. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. REVISÃO. DESCABIMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 2. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Tendo o Tribunal estadual, soberano na análise das provas, concluído que a agravada cumpriu os pressupostos exigidos pela legislação (art. 1.240 do CC) e que a usucapião está caracterizada na espécie, não se mostra possível modificar tais conclusões por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento sabidamente vedado na via do recurso especial (Súmula n. 7/STJ).

2. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que a incidência do enunciado n. 7 da Súmula desta Corte impede o conhecimento do recurso no que tange à alínea *c* do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1638034/RO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 15/12/2017)

Diante do exposto, com fundamento no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a* e *b*, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator